

**DENISE DA SILVA FERREIRA**

**A PROFISSÃO DOCENTE E O STRESS OCUPACIONAL**

**SÃO PAULO**

**2011**

**DENISE DA SILVA FERREIRA**

**A PROFISSÃO DOCENTE E O STRESS OCUPACIONAL**

**Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia - SP, como parte dos requisitos para conclusão do curso de Especialização Pós Graduação Lato Sensu em Formação de Professores com ênfase no Ensino Superior.**

**Orientador: Prof<sup>a</sup> Dra. Fátima Beatriz De Benedictis Delphino**

**SÃO PAULO**

**2011**

**DENISE DA SILVA FERREIRA**

**A PROFISSÃO DOCENTE E O STRESS OCUPACIONAL**

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

---

**Orientador: Prof<sup>a</sup> Fátima Beatriz De Benedictis Delphino**  
**Titulação: Doutora**

---

**Examinador: Cynthia Fischer**  
**Titulação: Doutora**

---

**Examinador: Lília Santos Abreu-Tardelli**  
**Titulação: Doutora**

**SÃO PAULO**

**2011**

“...as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e o próprio educador precisa ser educado”.  
Karl Marx

*Dedico este trabalho,*

*A meu pai Heraldo Pereira das Silva (in memoriam) que embora não tenha tido a oportunidade pessoal de estudar, sempre me mostrou o quanto a educação é importante na vida de um ser humano. Apoiou todas as minhas ações nesse sentido e se orgulhou de todas as conquistas que alcancei. A ele, que presenciou o princípio deste projeto, mas não teve a oportunidade de vê-lo concluído!*

*Meus mais sinceros agradecimentos!*

## AGRADECIMENTOS

*“Nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz  
somente até onde os outros foram.”*

*Alexandre Graham Bell*

À professora Fátima Delphino, pela paciência, críticas e sugestões; pela doação de tempo e esforços a todo o momento em que foram solicitados. Pelo encorajamento a cada passo e, principalmente, por acreditar que o caminho já percorrido deveria ser ultrapassado!

A meu esposo Márcio Ferreira pelo apoio e encorajamento em todos os momentos; a ele que sempre acreditou e continua acreditando em meu sucesso e competência profissional.

***Denise da Silva Ferreira***

## ÍNDICE

Epígrafe .....	i
Dedicatória .....	ii
Agradecimentos .....	iii
Índice .....	iv
Resumo.....	v
I. Introdução .....	01
A. Justificativa .....	01
II. Trabalho.....	04
A. O Homem e o Trabalho.....	04
B. Capitalismo e Trabalho Docente.....	12
C. Trabalho Docente e Adoecimento.....	16
III. Stress.....	20
A. Definição de Stress.....	20
B. Stress Ocupacional.....	24
C. Stress Ocupacional e a Profissão Docente.....	29
IV. Discussão.....	33
V. Considerações Finais.....	45
V. Referências Bibliográficas .....	47

FERREIRA, D. da S. (2011). *A Profissão Docente e o Stress Ocupacional*. Monografia de Conclusão de Curso de Especialização Pós Graduação Lato Sensu em Formação de Professores com ênfase no Ensino Superior, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – SP. São Paulo, v, 51p.

## RESUMO

Nas últimas décadas, as transformações sociais, políticas e econômicas no Brasil foram bastante significativas; tais mudanças repercutiram diretamente na Educação e na organização do trabalho docente. Motivada pela lógica capitalista o trabalho docente ganhou nova configuração que necessariamente vem acarretando reflexos no bem estar psicossocial do profissional docente. Submetido à contingências estressoras inerentes à profissão, o professor tem tido sua qualidade de vida diretamente influenciada pelo nível de tensão que experimenta diariamente em seu exercício profissional. Em tal cenário de intensificação do trabalho docente temos visto o desencadeamento do stress ocupacional junto à categoria. O stress ocupacional traz inúmeras perdas ao ser humano e ao ambiente de trabalho. Faz-se necessário refletir e discutir sobre a real proletarização do magistério hoje, e os consequentes reflexos na saúde destes profissionais.

Palavras-chaves: Trabalho Docente, Stress Ocupacional; Adoecimento.

# **I. INTRODUÇÃO**

## **A. JUSTIFICATIVA**

Um relevante tema dos campos da Psicologia e Psicologia do Trabalho é o fenômeno do stress ocupacional. Nos últimos anos as doenças do trabalho passaram a ser maior foco de observação por ocuparem maior destaque na sociedade. Tais doenças são ocasionadas ou agravadas por fatores de risco presentes nos locais de trabalho que podem agir como influenciadores na saúde dos trabalhadores. Dessa forma pudemos constatar o fato de que o stress é uma doença da atualidade e que afeta, de maneira distinta, o professor, um segmento importante da categoria dos profissionais da educação.

Assim é que, a partir de tal constatação, nos dispusemos a estudar o stress ocupacional junto ao professor, tendo em vista que o processo de trabalho deste profissional, em decorrência de sua organização específica e condições de trabalho, também contribui para o desencadeamento do stress ocupacional junto a essa categoria.

Segundo Maslach et al (apud RITA et al, 2010), profissões de natureza empática, que demandam contato diário e constante com pessoas, ocasionam maior desgaste emocional, conseqüentemente tais indivíduos tendem a apresentar nível mais elevado de stress.

Recentemente muitos estudos têm sido realizados buscando-se aprofundar o conhecimento em relação ao atual fenômeno denominado

stress. Tais estudos geralmente estão orientados na busca de conceituação e identificação do fenômeno em questão. Encontramos, de forma limitada, trabalhos direcionados à análise do mesmo no campo ocupacional, sendo que trabalhos existentes em relação ao stress ocupacional do docente, encontram-se em menor número ainda.

Em 1982, o stress ocupacional foi considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como uma das principais causas de abandono da profissão docente. A OIT também considerou como inerentes à profissão docente, o risco físico e emocional. (CHAMBEL, 2004).

Witter (2002, 2003) afirma a carência de pesquisas e programas de prevenção quanto ao stress ocupacional e constata também a pouca atenção dada à realidade do profissional docente submetido a condições estressantes configuradas dentro da realidade diária do mesmo.

Andrea Orlandino (2008) afirma que o stress ocupacional traz inúmeras perdas ao ser humano e conseqüentemente ao seu ambiente de trabalho. Ressalta a necessidade de prevenção e controle do stress ocupacional dos professores para que efetivamente estes possam realizar plenamente o seu trabalho de ensinar.

Sendo assim, esta pesquisa foi estruturada no sentido de possibilitar a discussão sobre a profissionalização docente como possível facilitadora no desenvolvimento do stress ocupacional do professor.

Faz-se necessária a realização de uma análise das contribuições bibliográficas disponíveis sobre o assunto em estudo para que possamos contextualizar o fenômeno “stress ocupacional” junto à profissão docente.

Pretendemos abordar a relação do homem com o trabalho, o papel fundamental que este ocupa dentro de sua vida, passando na seqüência para a questão do stress no trabalho, denominado stress ocupacional.

## II. TRABALHO

### A. O HOMEM E O TRABALHO

A história da existência humana perpassa necessariamente pelo trabalho. O trabalho é definido por Guimarães e Grubits (1999, p. 211) como “atividade da espécie humana na qual está presente a consciência e a intencionalidade”. Segundo Carlotto (2001, p. 93) o trabalho para o homem constitui-se “necessidade e razão de vida”, afirma ainda que o homem moderno “vem encontrando dificuldade em dar sentido à vida se não for pelo trabalho”.

Segundo Bronckart (2004 apud ABREU-TARDELLI, 2006), a sociedade em que vivemos tem o trabalho colocado como eixo central da existência humana, e é por meio dele que o agir se manifesta de forma mais determinante. Desta forma podemos considerar que o trabalho ocupa papel fundamental dentro da atividade humana, no desenvolvimento pessoal do indivíduo e para este, abdicar da dimensão concreta do trabalho, incorreria na perda da principal referência de seu caráter humano e de ser social, pois o trabalho constitui-se elemento fundante do ser social, é o ponto de partida da humanização. (NAVARRO; PADILHA, 2006).

O estudo dos significados e os sentidos que os trabalhadores atribuem aos seus trabalhos pode ser estudado por diferentes disciplinas e com múltiplas perspectivas teóricas. Portanto, delimitar a compreensão que fazemos do referido constructo trabalho faz-se ponto de partida fundamental.

Na perspectiva marxista, o trabalho pode ser compreendido, de forma genérica, como a capacidade e ação do homem na transformação da natureza para o atendimento de suas necessidades. (MARX, 1993).

Engels (1979), em seu ensaio inacabado "O papel desempenhado pelo trabalho na transformação do macaco em homem" (*"The Part Played by Labour in the Transition from Ape to Man"*), sustenta que o trabalho "é a primeira condição básica para toda a existência humana, e isto numa tal extensão que, em determinado sentido, nós temos de dizer que o trabalho criou o próprio homem". Esta especulação de Engels sobre a evolução dos seres humanos foca-se na idéia de que, caminhando em dois pés, o homem libera o uso das mãos, tornando possível o seu desenvolvimento para tarefas mais complexas. Usando assim as mãos, o homem passa a elaborar e criar ferramentas. A especialização das mãos, em contrapartida, conduziu ao trabalho, ao domínio sobre a natureza, e à diferenciação das espécies humanas. O trabalho conduziu as pessoas a uma situação em que havia a necessidade da comunicação. Dessa forma o trabalho originou a fala e intensificou grandemente o número de variados estímulos que tiveram uma influência decisiva no cérebro dos símios, transformando-os gradualmente em seres humanos. Desenvolvimentos posteriores da evolução, nesta direção, conduziram à sociedade. Pela combinação do funcionamento das mãos, dos órgãos da fala, e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também no contexto social, os seres humanos tornaram-se aptos a executar operações mais complicadas, e puderam fixar e alcançar objetivos progressivamente mais elevados. O trabalho de cada geração modificou-se,

tornando-se melhor e mais diversificado. A agricultura foi complementada pela caça e pela criação de gado; na sequência vieram a fiação, a tecelagem, o tratamento de metais, a cerâmica e a navegação, comércio, indústria, arte e ciência. (SWEEZY, 1985).

Marx e Engels viram o trabalho como fundamental para a existência humana. No Manifesto Comunista (1948), Marx e Engels reconhecem que o trabalho é, para o ser humano, estritamente necessário para a conservação e reprodução de sua vida. Da mesma forma, Marx e Engels em “A Ideologia Alemã” (1984), buscaram investigar os fundamentos históricos dessa relação imanente ao trabalho com a existência humana e, portanto, com a história. Assim sendo concluem que o primeiro ato histórico do ser humano é o da produção dos meios que permitiram a produção de sua vida material, pois o “fazer” história pressupõe a existência de condições de vida e que, a satisfação de tais condições estava condicionada ao trabalho, o que lhe conferia o caráter de relação originária no processo de desenvolvimento histórico.

Para Hegel (1830), não podemos apenas conceituar o trabalho dentro da ótica econômica. Devemos estender a abrangência de nossa conceituação levando-a também ao aspecto filosófico contido nele. Segundo este, comumente pensamos no trabalho como mediador de carências e como provedor e gerador de riqueza. Hegel pontua que o trabalho atua como formador da consciência, pois media também as relações entre os indivíduos membros da sociedade civil, uma vez que, mesmo com o objetivo inicial de satisfazer as próprias carências, cada indivíduo precisa se relacionar com outros indivíduos, seja comprando algum produto, seja

pagando por um serviço, ou ainda recebendo por serviços prestados ou produtos feitos por ele. É neste sentido que podemos compreender a dimensão social do trabalho.

Segundo Abreu-Tardelli (2006), Marx pode ser citado como o pensador que recuperou e superou – dialeticamente- as idéias de Hegel sobre o trabalho. Pires (1997) pontua que Marx reinterpretou a dialética de Hegel, atribuindo-lhe materialidade e concreticidade. Afirma que, para Marx, Hegel considerava a dialética idealmente, no plano dos espíritos e das idéias. Marx já insistia na necessidade de materialização da mesma. Abreu-Tardelli coloca, também, que tanto Marx quanto Hegel possuíam a visão do trabalho como mola propulsora do desenvolvimento humano, sendo que Marx tecia críticas à concepção hegeliana por considerá-la unilateral no sentido de não atribuir a devida importância ao trabalho físico, material, não permitindo, desta maneira, a realização de qualquer análise dos problemas relacionados à alienação do trabalho dentro da lógica e sociedades capitalista. (KONDER, 1986 apud ABREU-TARDELLI, 2006).

Falando sobre o trabalho, do ponto de vista da construção lógica do método materialista histórico, Pires (1997) afirma que o trabalho é a categoria central de análise da materialidade histórica dos homens porque este constitui-se a forma mais simples, mais objetiva, que eles desenvolveram para se organizarem em sociedade. Afirma, também, que o conceito de trabalho em Marx não se esgota no conceito cotidiano de trabalho, na concepção do senso comum de trabalho que se aproxima da idéia de ocupação, tarefa, um conceito puramente econômico. O conceito de trabalho, categoria central nas relações sociais, tal qual o pensamento

marxista o entende, é o conceito filosófico de trabalho, é a forma mais ampla possível de se pensar o trabalho.

Encontramos, nas análises marxistas do trabalho, um caráter mais filosófico do que econômico sobre o mesmo. O trabalho é visto por Marx como marco central nas relações do homem com a natureza, bem como nas relações sociais. Daí podemos concluir que, se o caráter de uma espécie se define através das relações e formas que a mesma encontra para produzir ou reproduzir sua sobrevivência, o trabalho é a forma pela qual a espécie humana garante sua sobrevivência. (Marx, 1993). “Assim, o trabalho é categoria central de análise da materialidade histórica dos homens porque é a forma mais simples, mais objetiva, que eles desenvolveram para se organizarem em sociedade. A base das relações sociais são as relações sociais de produção, as formas organizativas do trabalho”. (PIRES, 1997, p. 87).

Nesse sentido, afirmam Navarro e Padilha (2006), que o ato de trabalhar necessariamente pressupõe consciência e conhecimento das ferramentas ou meios de produção a utilizar, bem como conhecimento dos fins a se alcançar. “Pode-se afirmar que não há trabalho humano sem consciência, na medida em que todo trabalho busca a satisfação de uma necessidade” (NAVARRO; PADILHA, 2006, p.15).

Compreendemos, assim, que o modo de produção material é a maneira como se organiza o processo pelo qual o homem age sobre a natureza material para satisfazer as suas necessidades. Ruggiero (2004), coloca que, por modo de produção deve ser entendida a maneira como se organiza o processo pelo qual o homem age sobre a natureza material para

satisfazer as suas necessidades. “Produzir é (...) trabalhar”, pondo “em movimento forças” que ajam sobre a natureza (p.67). Estas forças variam com a história e com a sociedade. O trabalho é assim não só “um processo (...) entre um homem e a natureza”, mas “supõe uma forma de sociedade” realizando-se em certas “condições sociais”, as “relações sociais de produção”. (p.68).

Continua e acrescenta que, pensando em modo de produção, existem dois tipos de relações sociais que se complementam: relações no processo de trabalho, ou seja, na divisão de tarefas, e relações face às condições e meios de produção, definidas como propriedade ou não dos meios de produção (p.68). Com isso concorda Pires (2006), colocando que “a base das relações sociais são as relações sociais de produção, as formas organizativas do trabalho” (p.87).

A idéia marxista de modo de produção não se restringe apenas ao âmbito econômico, mas estende-se a toda relação social estabelecida a partir da vinculação da pessoa ao trabalho. Uma característica básica desse modo de produção é que nele os homens encarregados de despender os esforços físicos, que Marx chama de "força de trabalho", não são os mesmos que têm a propriedade das ferramentas e das matérias-primas (posteriormente também das máquinas), denominados "meios de produção". Esta separação proporciona outro aspecto essencial do capitalismo, que é a transformação da "força de trabalho" em uma mercadoria que, portanto, pode ser levada ao mercado e trocada livremente.

Ruggiero (2004) acrescenta que dentro do modo de produção capitalista essencialmente existe uma relação social “entre duas classes”.

Destas, uma [a burguesia], por ter o “monopólio dos meios de produção e do dinheiro”, explora a outra [a classe trabalhadora], que não é proprietária de nada exceto a sua “força de trabalho” que se vê forçada a vender. O “objetivo da produção” é aqui o objetivo da burguesia: a criação de mais-valia para a acumulação privada de capital, não a satisfação das necessidades da maioria dos membros da sociedade. (pp.69-70).

Konder (1983 apud ABREU-TARDELLI, 2006), sustenta a importância de se compreender o valor de troca que o trabalho possui dentro da sociedade. Postula que a força de trabalho é sempre vendida por um preço inferior ao valor que ela vai produzir, gerando desta forma a mais-valia. Pires (1997) concorda e acrescenta: “na sociedade capitalista, o trabalho (atividade vital, essencial) é explorado (comprado por um preço sempre menor do que produz) definindo, assim, um processo de alienação (expropriação da atividade essencial em sua plenitude). Se o trabalho, como atividade essencial e vital traz a possibilidade de realização plena do homem enquanto tal (humanização), a exploração do trabalho determina um processo inverso, de alienação. Sob a exploração do trabalho, os homens tornam-se menos homens, há uma quebra na possibilidade de, pelo trabalho, promover a humanização dos homens” (p. 87-88).

Assim, a sociedade capitalista estaria dividida entre uma classe que é proprietária dos meios de produção e outra classe cuja única fonte de subsistência é a venda ou troca de sua “força de trabalho”.

Segundo Navarro e Padilha (2006), o mundo do trabalho, dentro do capitalismo, traz consigo várias contradições, tendo como principal a dicotomia existente entre o trabalho como fonte de humanização e fundação

do ser social, e sua ação como produtora de alienação, degradação e estranhamento dentro da lógica do capital. Nesse sentido, afirmam que o trabalho perde sua dimensão original enquanto produtor da satisfação das necessidades humanas, passando simplesmente a ser um facilitador dos interesses capitalistas. Nas palavras de Marx, o trabalhador decai então à condição de mercadoria, estando subordinado às exigências do mercado capitalista: “o trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias: produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria (Marx, 1989, p. 150).

Nesse sentido, segundo Navarro e Padilha (2006), o produto final de seu trabalho, a mercadoria, aparece como algo estranho ao trabalhador, como um objeto que não lhe pertence. “O trabalhador coloca sua vida no objeto; mas agora ele não pertence mais a ele, mas sim ao objeto” (Marx, 1989, p. 150). Tal fetichismo da mercadoria somado ao controle do capital sobre o trabalho humano, são causas diretas da alienação e estranhamento dos trabalhadores dentro da sociedade capitalista.

Sem perdermos de vista os conceitos aqui apresentados, passemos então à discussão da relação capitalismo e trabalho docente.

## **B. CAPITALISMO E TRABALHO DOCENTE**

Entende-se por trabalho concreto toda atividade envolvida na criação de valor de uso, resultante da relação homem e natureza. Com o advento do Capitalismo, a dimensão do trabalho concreto, que produz objetos visíveis, úteis, começa a perder espaço para a dimensão abstrata do trabalho, atividade estranhada e fetichizada, capaz de criar valor de troca. (NAVARRO; PADILHA, 2006).

Kurz (1999 apud Giroto e Mormul, 2010) coloca que “o trabalho abstrato oculta a negatividade da alienação do homem em relação ao meio e as suas reais condições de reprodução social, em favor da reprodução de toda a sociedade que, neste caso, nada mais é do que a reprodução ampliada do sistema mundial produtor de mercadorias” (p.4).

Lafargue (1977) tece fortes críticas à classe operária capitalista em relação àquilo que ele mesmo denomina como “miopia do movimento proletariado” por prestar apologia ao trabalho como redentor da humanidade. Segundo o autor, uma estranha loucura está a apossar-se das classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Esta loucura arrasta atrás de si misérias individuais e sociais que, há dois séculos, atormentam a triste humanidade. Esta loucura consiste no amor ao trabalho, na paixão moribunda pelo trabalho, levada ao depauperamento das forças vitais do indivíduo e da sua prole. Em vez de reagirem contra esta aberração mental, os padres, os economistas e os moralistas sacrossantificam o trabalho.” ( p.11). Segundo Lafargue, os trabalhadores ao invés de lutarem contra a estrutura social que necessariamente os obrigam a reproduzirem

suas próprias condições de alienação, lutam a favor do trabalho e na continuidade da promoção dessa situação.

Para Giroto e Mormul (2010), podemos entender o trabalho docente como reflexo da visão de trabalho existente na sociedade. A crise pela qual hoje passa o trabalho docente é reflexo do momento de crise da sociedade do trabalho na atualidade. Os autores afirmam que “ao centrar demais o olhar sobre a profissão docente enquanto trabalho diferente dos demais” isolamos “o professor do restante da sociedade, como se a relação aluno-professor-escola pudesse ser pensada para além da análise de toda a sociedade” (p.8).

Continuam afirmando que em nossa sociedade capitalista, o trabalho docente constitui-se também como um trabalho abstrato como outro qualquer, vazio de significados, repleto de contradições não desvendadas porque para isso não se propõe os profissionais da educação. Pontuam que nas escolas encontramos profissionais desmotivados, que não encontram significado em seu trabalho, sentem-se exaustos, consumidos pelas rotinas diárias, ansiando por melhores condições de trabalho, melhores salários, mas que não são capazes de estabelecer uma crítica à sociedade do trabalho, ou realizarem sequer reflexões quanto à natureza do trabalho abstrato realizado como fundamento para tal situação.

Correia (2000) afirma que, na sociedade capitalista, a força de trabalho transformou-se em mercadoria, vendida pelo próprio trabalhador e comprada pelo capitalista. Miranda (2006, p. 43) concorda com Correia e acrescenta: “o professor é o trabalhador que vende sua força de trabalho para uma instituição educacional (estatal ou privada) e que sobrevive desse

trabalho e não de outro”. Afirma também, “os trabalhadores da educação são trabalhadores assalariados em sua totalidade, sem propriedade dos meios de produção, possuindo parcial controle do processo de trabalho e flexibilizado nas suas formas de contratação”.

A sociedade, como também o espaço escolar foram, portanto, influenciados por essa nova lógica capitalista. A divisão técnica e social do trabalho, agrupando grande número de pessoas na tarefa de produzir fez com que o professor perdesse muito de sua autonomia individual, seja pela ampliação de sua jornada de trabalho, seja pelo rebaixamento de seu nível de qualificação. (MIRANDA, 2006).

Segundo Orlandino (2008), o professor tem se questionado, a cada vez mais, sobre sua atuação profissional e sobre seu trabalho. Ao analisar as situações adversas de seu dia a dia, onde o trabalho prescrito, real e programado, acaba tendo que se pautar na improvisação e reorganização contínuas, por conta de variáveis relacionadas, entre outras, a um número elevado de alunos por sala, indisciplina dos alunos, falta de infra-estrutura física e humana das escolas, desinteresse das famílias em relação à aprendizagem e desenvolvimento de seus filhos, desvalorização profissional refletida em baixos salários, vê-se diante de situações que, na maioria das vezes, foge à sua alçada. Diante de tal constatação, um grande número de professores não se permite acreditar na dimensão significativa do próprio trabalho, o que vem a provocar um processo de insatisfação permanente em relação ao mesmo. Surgem, portanto, sentimentos de fracasso, impotência, desânimo, culpa e desejo de desistir do mesmo, diante da baixa realização pessoal alcançada com o próprio trabalho.

Conforme relatado por (SELIGMANN-SILVA,1994, p.46): “o trabalho, conforme a situação, tanto poderá fortalecer a saúde mental quanto levar a distúrbios que se expressarão coletivamente em termos psicossociais e/ou individuais, em manifestações psicossomáticas ou psiquiátricas”.

Clot (2006) coloca que, quando o trabalho perde o sentido para o indivíduo, determina para o mesmo a impossibilidade de atingir metas e valores que extrai dos demais domínios de sua vida, ou seja, quando o sujeito passa a duvidar do valor do trabalho em sua vida, outras esferas de sua existência também são atingidas, levando o indivíduo ao adoecimento.

## C. TRABALHO DOCENTE E ADOECIMENTO

Segundo Clot (2006), o trabalho mantém um lugar central na vida do indivíduo e da sociedade. Afirma, também, que o lugar ocupado pelo trabalho na vida das pessoas é insubstituível, não podendo ser ocupado por nenhuma outra atividade. Ocupa papel fundamental no desenvolvimento pessoal, na construção do próprio valor e na contribuição de cada um para a formação do patrimônio histórico cultural humano.

Falando sobre a importância social do trabalho, Clot coloca que o trabalho constitui-se, em suma, num “dos maiores gêneros da vida social em seu conjunto, um gênero de situação do qual uma sociedade dificilmente pode abstrair-se sem comprometer sua perenidade; e do qual um sujeito pode dificilmente afastar-se sem perder o sentimento de utilidade social a ele vinculado” (p.69).

Mesmo sendo parte integrante da existência humana, o trabalho tem significados diferentes para cada indivíduo, bem como traz realizações positivas para alguns e muitas vezes ausência de quaisquer realizações ou ganhos para outros. Para Dejours (1994) o trabalho tem uma natureza paradoxal do ponto de vista psíquico para o indivíduo, podendo constituir-se ao mesmo tempo fonte de equilíbrio para uns e causa de fadiga para outros. Isso porque na relação homem-trabalho existe a dimensão subjetiva em que o indivíduo, detentor de uma história de vida pessoal, possui aspirações, desejos, motivações, necessidades psicológicas que necessariamente definirão suas formas de agir e reagir diante das exigências profissionais.

De acordo com Dejours (1987), cada sujeito interage com o trabalho de forma pessoal e subjetiva. Desta forma, o homem na execução de seu trabalho ao mesmo tempo que se constrói, constrói o social, contribuindo para a manutenção e desenvolvimento da sociedade. Entendemos, portanto, que é através do trabalho que o sujeito irá encontrar os elementos de construção de sua identidade, por meio da relação com a cultura e sociedade, por meio da auto realização e do reconhecimento advindos do mesmo.

No entanto, se o trabalho não atende à demanda do trabalhador, esse pode trazer-lhe sofrimento, angústia. Sendo assim, o trabalho pode possuir duplo significado para o ser humano, podendo ser fonte de realização, satisfação, prazer, estruturação do processo de identidade para uns, ou acabar por produzir sofrimento e adoecimento para outros. Dejours (1987) afirma que dentro do processo do trabalho construímos também o processo saúde-doença. Segundo ele, o trabalho pode ser compreendido como um território ambíguo, uma vez que pode determinar tanto a saúde e equilíbrio do sujeito, funcionando como instrumento de emancipação, como também pode promover a descompensação psíquica do indivíduo.

Segundo Araújo (2005), “o trabalho sendo concebido como uma necessidade humana tem funcionado como uma ameaça à vida. Temos visto que nos dias de hoje, relações de trabalho que se mostram cada vez mais perversas e prejudiciais à saúde física e mental dos trabalhadores, já que as empresas super exploram a força do trabalho, obrigando-os a cumprirem jornadas extensas, incentivando a competição e o individualismo, desestimulando companheirismo e solidariedade entre os trabalhadores,

favorecendo o surgimento de novas patologias.” (p.13). O autor afirma ainda que, pensando-se na realidade do escolar, as mudanças existentes hoje nas formas do trabalho docente mostram-se cada vez mais complexas; conflitos, tensões, sobrecarga física, psíquica e social são decorrentes desse novo modelo de organização escolar, onde o professor torna-se fragilizado não apenas em sua dimensão física, mas fragilizado nas relações que estabelece com o outro.

De acordo com Oliveira (2001), a economia e as atuais transformações no mundo do trabalho consequentemente refletiram na estrutura e organização dos sistemas educativos. Com isso, o ensino sofreu grandes reestruturas em sua organização, transformando-se num mercado destinado a produzir mais valia. Desta forma os docentes tem sentido hoje o reflexo dessas mudanças no trabalho que desempenham, nas relações profissionais e sociais e nas interações pessoais que estabelecem, de maneira a terem comprometidas sua auto-estima e identidade social.

Andrade (2007) fala sobre as condições e situações de vulnerabilidade na qual a categoria de profissionais docentes se encontra: “as denúncias do adoecer do/a educador/a elaborados com mais freqüência a partir de meados do século XX, trazem, em si, o desvelamento de uma problemática, que não mais admite ocultar-se, ao contrário solicita atenção quanto aos seus meandros, desdobramentos e contradições, uma atenção, porém, que não tem seguido o mesmo curso ou história dessa dor, pois as proporções resultantes da luta em termos da saúde do/a trabalhador/a não a contemplam especificamente e os conteúdos que integram os programas

das políticas educacionais não aproximam sequer timidamente a saúde docente” (p.10).

Reportando-nos à realidade educacional, podemos notar a ausência de preocupação institucional e governamental com a saúde do profissional docente, Assim destaca Martínez (2003): “a saúde do trabalhador docente e saúde escolar, ambas tão relacionadas com a vida cotidiana na escola, suas regulações e exigências, não aparecem no interesse dos governos nas áreas de educação e saúde públicas” (p. 79). A autora pontua enfaticamente a ausência de atenção que tem sido atribuída ao sofrimento e adoecimento do profissionais da educação.; “o docente chama a atenção sobre si com um grito de dor” (p. 77).

Segundo Lemos (2005), “a produção do conhecimento sobre saúde e trabalho docente no Brasil se incrementa ao longo da década de 90. Embora incipiente o que já se produziu até o momento revela um crescimento significativo no número de casos de estresse e bournout entre os docentes. (...) observa-se, a partir desses estudos, uma necessidade de aprofundar, ainda mais, a vinculação dos processos de trabalho aos processos de saúde e adoecimento desses trabalhadores”. (p.4).

### III. STRESS

#### A. DEFINIÇÃO DE STRESS

O termo stress, na atualidade, passou a fazer parte do vocabulário popular da sociedade contemporânea, podendo ser compreendido como um símbolo cultural de nossos dias. A globalização, como parte de um processo de mudanças sociais, traz consigo novas reformas econômicas e sociais, as quais exigem dos trabalhadores e das organizações, adaptações e reorientações quanto a valores, atitudes e comportamentos. Somos direcionados, assim, à adoção de novos estilos de vida, decorrentes de novas exigências sociais, de novas conjunturas políticas e econômicas, de novo contexto, onde a percepção de incontrolabilidade e instabilidade se fazem presente em relação ao momento atual e futuro. (RITA et al., 2010).

Nas últimas décadas o stress tem-se configurado como um problema social que atinge um grande número de pessoas, de diferentes idades, status social e categorias profissionais. (FIGUEIRAS; HIPPERT, 2002 apud ESTEVES, 2004).

A Organização Mundial da Saúde afirma que, atualmente, o stress se configura como “uma verdadeira epidemia mundial e representa elevados custos em termos individuais, familiares, organizacionais, comunitários e sociopolíticos”. (WHO, 2001; WHO, 2002, apud RITA et al, 2010). A Organização das Nações Unidas classifica o *stress* como “a doença do século XXI”, reforçando a idéia em questão. (UM,1995 apud RITA, 2010).

O termo stress, deriva do latim. No século XVII foi utilizado pela primeira vez na língua inglesa com o objetivo de descrever sentimentos de adversidade, aflição, opressão e sofrimento. Na seqüência, durante os séculos XVIII e XIX, o termo stress passou a ser utilizado popularmente para conceituar a ação de uma força ou influência acentuada sobre uma pessoa ou objeto. Em 1926, Selye, endocrinologista austríaco-canadense (apud REINHOLD, 2004), direciona cientificamente a utilização do termo stress, referindo-se a um conjunto de reações desenvolvidas por um organismo quando este é submetido a uma situação que exija esforço de adaptação por parte do mesmo. Nesse sentido o stress funcionaria como um mecanismo fisiológico inerente que prepara o organismo para a ação. O autor descreve ainda três etapas de resposta que fazem parte do processo adaptativo do organismo, a primeira etapa chamada Síndrome Geral de Adaptação refere-se à reação inicial de alarme; a segunda constitui-se na adaptação do organismo ao stress persistente e, na terceira e última etapa denominada persistência prolongada do *estressor*, encontramos a exaustão e morte do organismo.

Mota Cardoso (2001), falando sobre o stress coloca: “a resposta à situação de stress constitui-se assim numa defesa essencial à vida, mas paradoxalmente vulnerabilizante e ameaçadora da mesma. Sobretudo se prolongada e intermitente” (p.62).

Segundo Chiavenato (2005, p.390), “O estresse decorrente de quaisquer circunstâncias que ameaçam ou são percebidas como ameaçadoras do bem-estar da pessoa e que minam a capacidade de enfrentamento do indivíduo. A ameaça pode afetar a segurança física –

imediate ou mediata – a reputação, auto-estima, tranquilidade ou aspectos que a pessoas valorize ou deseje manter.”

Várias pesquisas realizadas nas últimas décadas sinalizam para a relação entre eventos estressantes e etiologia de problemas físicos e/ou emocionais (ARAÚJO, GRAÇA, ARAÚJO, 2003; DANTAS, MENDES, ARAÚJO, 2004 e JUAREZ GARCIA, 2007).

Para Lipp, o *stress* pode ser definido como uma “reação complexa e global do organismo, envolvendo componentes físicos, psicológicos, mentais e hormonais” (LIPP, 2002, p.9). Classifica, também, stress como uma “reação psicofisiológica muito complexa, que tem, em sua gênese, a necessidade de o organismo lidar com algo que ameaça sua homeostase ou equilíbrio interno” (LIPP, 2004, p.17).

Segundo Cungi (2006, p. 13), *stress* define-se como a “resposta não-específica do organismo às exigências que lhe são feitas”; acrescenta ainda que stress refere-se à “reação não-específica de um indivíduo submetido a estímulos externos chamados estressores – e que podem ser desagradáveis e dolorosos ou desejáveis e agradáveis” (p. 13).

Lipp (1996:20-21) coloca que “tudo o que cause uma quebra da homeostase interna que exija alguma adaptação pode ser chamado de estressor”; podendo ser definido também por “qualquer evento que amedronte, confunda ou excite a pessoa”.

Na esfera profissional, um dos estressores mais comuns é a sobrecarga de trabalho. O aumento das jornadas de trabalho, surgimento desordenado de novas tecnologias, quantidade desproporcional de informações a lidar, a constante exigência de adaptação a um mercado de

trabalho competitivo, comum em tempos de globalização, aliados à execução de tarefas repetitivas e falta de perspectiva de crescimento profissional, constituem-se em estressores potencialmente significativos na promoção do stress ocupacional do trabalhador. (CUNGI, 2006).

De acordo com WHO, o stress ocupacional é reconhecido internacionalmente como sério e grave desafio à saúde do trabalhador, bem como o responsável por déficits consideráveis na produtividade e na competitividade das organizações. (apud RITA et al, 2010).

Estudos sobre stress foram realizados nos últimos anos em diferentes contextos. Entre os referidos estudos desenvolvidos pode-se observar a atual preocupação com a relação stress e trabalho, mas especificamente denominado como stress ocupacional.

## B. STRESS OCUPACIONAL

Segundo Bicho e Pereira (2007), desde a revolução Industrial até o momento atual, o stress ocupacional tem sido responsável pela diminuição da qualidade de vida das pessoas e tem se tornado área de interesse e preocupação das sociedades industrializadas. De acordo com os autores, a União Europeia tem considerado o stress ocupacional um autêntico problema de saúde pública no século XXI. Dados de 2000 apontam que “o fenômeno do stress ocupacional está no segundo lugar entre os problemas de saúde mais frequentes, no contexto da saúde ocupacional, afetando um colossal e assustador número de 28% dos colaboradores existentes no mercado de trabalho da União Europeia” (p.4). Acrescentam, também, que 25% da taxa de absentismo no trabalho, por duas ou mais semanas, tem sido provocada pelo stress ocupacional e, segundo estatísticas de 1999, os Estados-membros da união Europeia tem sentindo déficits financeiros anuais de 20 milhões de euros por conta de tal situação.

O termo stress ocupacional refere-se a situações ou relações de *stress* que acontecem no contexto das ocupações profissionais dos sujeitos.

Para Couto (1987), estresse ocupacional pode ser definido como um estado em que ocorre um desgaste anormal do organismo humano e/ou a diminuição da capacidade de trabalho do mesmo, originado da dificuldade do indivíduo em se adaptar às exigências existentes em seu ambiente de trabalho.

De acordo com Ross & Altamaier (1994 apud STACCIARINI 2000), “o estresse ocupacional é a interação das condições de trabalho com as

características do trabalhador, nas quais a demanda do trabalho excede as habilidades do trabalhador para enfrentá-las”.

McGrath (apud MOTA CARDOSO et al., 2002) define e relaciona o *stress* ocupacional ao desequilíbrio significativo que o indivíduo percebe entre as exigências do seu contexto profissional quando as equipara às suas capacidades pessoais de resposta.

Grandjean (1998) concorda com McGrath quando conceitua *stress* ocupacional como sendo “o estado emocional causado por uma discrepância entre o grau de exigência do trabalho e recursos disponíveis para gerenciá-lo” (p.165).

O *National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH)*, Instituição Governamental Norte Americana, afirma que o *stress* ocupacional está diretamente ligado ao desprazer no trabalho. O *stress* ocupacional instala-se quando as exigências do trabalho não correspondem às habilidades, recursos ou necessidades do trabalhador, desencadeando neste, reações prejudiciais de ordem física e emocional, podendo levá-lo ao adoecimento. (apud REINHOLD, 2004).

Para Aubert (1993) apud MORAES et all (1995), *stress* ocupacional é o “processo de perturbação engendrado no indivíduo, pela mobilização excessiva de sua energia de adaptação para o enfrentamento de situações de seu ambiente profissional. Situações estas que ultrapassam a capacidade física ou psíquica do indivíduo”.

Guimarães (2000 apud BICHO e PEREIRA 2007) define *stress* ocupacional como a percepção negativa do sujeito sobre a sua capacidade de realização das tarefas solicitadas.

De acordo com Cungi (2006) a vida profissional de um indivíduo constitui-se num estressor permanente, sendo que administrar o stress ocupacional é fundamental, principalmente para evitar-se o adoecimento. O relatório “*Research on Work Related Stress*, da Agência Européia para a Segurança e Saúde do Trabalhador mostra que um em cada três trabalhadores é atingido pelos problemas do estresse” (p.25).

GERIN, em sua dissertação de mestrado, defendida em 2008, aponta para um levantamento realizado pela *International Stress Management Association (ISMA-BR)*, onde chegou-se ao índice de que 70% da mão de obra brasileira apresenta altos níveis de stress, tendo comprometidos seu bem estar e qualidade de vida.

As causas do stress ocupacional, segundo Lida (2001) são muito variadas e estão ligadas a agentes estressores presentes no ambiente ocupacional. Segundo Ladeira (1996) “o elevado número de agentes estressores presentes nas sociedades modernas exige do homem adaptação permanente ao seu meio” (p.68).

Cooper, Sloan &William (1988 apud LADEIRA 1996) afirmam que todo trabalho possui agentes potencialmente estressores que podem ser enquadrados em três grandes categorias. Seriam elas segundo os autores: fatores intrínsecos e extrínsecos fundamentados na natureza do trabalho (jornada de trabalho, sobrecarga, introdução de novas tecnologias, entre outros); o papel que o indivíduo ocupa dentro da organização; o relacionamento interpessoal; a carreira e a realização profissional; a estrutura e o clima da organização; a interface casa-trabalho.

Chiavenato (1999) cita, também, alguns fatores presentes nos espaços organizacionais que considera passíveis de desencadear o stress ocupacional: “o autoritarismo do chefe, a desconfiança, as pressões e cobranças, o cumprimento do horário de trabalho, a monotonia e a rotina de certas tarefas, a falta de perspectiva e de progresso profissional e a insatisfação pessoal como um todo são os principais provocadores de estresse no trabalho” (p.377).

Maslach e Leiter (2006) entendem que os principais fatores responsáveis pelo desgaste físico e emocional decorrentes do stress ocupacional são: (1) Excesso de trabalho: resultante da contratação de um menor número de profissionais com o objetivo de redução de custos por parte da organização. Tal situação obriga que o profissional trabalhe mais, em menos tempo, com menos recursos. (2) Falta de controle sobre o trabalho: o profissional deve adaptar-se à filosofia e política da empresa, perdendo a oportunidade de realizar um trabalho criativo e autônomo, sem qualquer possibilidade de alcançar realização pessoal e profissional. (3) Falta de recompensa pelo trabalho executado: péssima política de remuneração salarial. (4) Falta de união entre as pessoas: ausência de solidariedade e trabalho em equipe; presença constante de competição e conflitos no ambiente profissional. (5) Falta de equidade: disposição para se reconhecer imparcialmente o direito de cada um; falta de igualdade, justiça, e neutralidade nas relações profissionais e no ambiente de trabalho. (6) Conflito de valores: princípios, valores e objetivos pessoais não correspondem às exigências profissionais e à filosofia e políticas da empresa.

Guimarães (2006) define como fatores de risco psicossocial no trabalho, os estressores presentes no ambiente ocupacional. A autora coloca: “a urgência de maior produtividade, associada à redução contínua do contingente de trabalhadores, à pressão do tempo e ao aumento da complexidade das tarefas, além de expectativas irrealizáveis e as relações de trabalho tensas e precárias, podem gerar tensão, fadiga e esgotamento profissional, constituindo-se em fatores psicossociais responsáveis por situações de estresse relacionado com o trabalho” (p.100).

A profissão docente, por ser desenvolvida em constante interação pessoal, ocasiona maior desgaste emocional. Maslach et al (apud RITA et al, 2010) afirmam que as dificuldades inerentes à interação indivíduo e trabalho tem se constituído em um fenômeno significativo, merecedor de estudos e pesquisas na sociedade contemporânea.

## C. STRESS OCUPACIONAL E A PROFISSÃO DOCENTE

O stress ocupacional foi considerado pela Organização Internacional do Trabalho, em 1981, como uma das principais causas de abandono da profissão docente. Considerou, também, a docência como profissão que oferece risco físico e mental. (CHAMBEL, 2004).

Segundo Lambrou, “estudos realizados sobre a profissão do professor dizem que a mesma está em terceiro lugar no *ranking* das profissões estressantes” (apud BRAZ; FÊO, 2006).

Jesus (apud RITA et al, 2010), coloca que o stress é caracterizado como um dos indicadores responsáveis pelo mal-estar docente que atinge professores em diversos países. Grande número de investigações científicas apontam que os professores, entre diversos grupos profissionais, possuem os maiores níveis de stress ocupacional. (RITA et al, 2010).

Carlotto (2002) afirma que a profissão docente “têm sido alvo de diversas investigações (Beck & Gargiulo, 1983; Byrne, 1991, 1993; Friensen & Sarros, 1989; Iwanicki & Schwab, 1981, Russel, Altmaier & Van Velzen, 1987, Schwab & Iwanicki, 1986, Carvalho, 1995; Moura, 1997), pois no exercício profissional da atividade docente encontram-se presentes diversos estressores psicossociais, alguns relacionados à natureza de suas funções, outros relacionados ao contexto institucional e social onde estas são exercidas (p.21).

De acordo com Costa (1995 apud CARLOTTO, 2002) a escola que conhecemos hoje teve suas origens no século XV e, segundo palavras da

autora, “no âmbito de uma sociedade disciplinar erigida no conjunto das transformações que produzem a modernidade” (p.22).

A atividade docente, no período de 1549 a 1808, ou seja, durante o Brasil Colônia, foi desenvolvida por religiosos e jesuítas e esteve, portanto, em estreita relação com a Igreja e o clero. Conforme Carlloto, “a necessidade de convocar colaboradores leigos fez com que fosse instituída a realização de uma profissão de fé e um juramento de fidelidade aos princípios da Igreja, o que deu origem ao termo professor: pessoa que professa a fé e fidelidade dos princípios da instituição e se doa sacerdotalmente aos alunos” (p.22).

À essa visão “sacerdotal” da profissão docente, a Revolução Francesa acrescentou sua colaboração com a concepção de professor como aquele que dedicava seu trabalho em doação à causa de resistência ao avanço do liberalismo (MOURA, 1997).

Motivada pela lógica capitalista, a partir do século XVIII, o trabalho docente ganhou nova configuração, delineada pela ideologia da mais valia e competição, acarretando ao professor baixos salários, extenuantes jornadas de trabalho e exposição a uma série de fatores de risco. Enguita (1989) coloca que a partir do final do século XIX, buscando seguir a nova organização dos processos produtivos, a realidade industrial foi submetida a uma profunda revisão, sob as bases da gestão científica do trabalho propostas pelo taylorismo. Segundo o autor, a educação acompanhou o mesmo movimento, e desta forma o paradigma da eficiência estava posto: “no contexto da carreira obsessiva e do domínio geral do discurso da eficiência, as escolas, através de mais ilustres reformadores inspirados no

mundo da empresa, importaram seus princípios e normas de organização de forma extremada em ocasiões delirantes, mas sempre com notáveis consequência para a vida nas salas de aula (p. 125).

Santos (2006) coloca que a profissão docente não está alheia às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e que as conseqüentes transformações necessariamente acarretam reflexos no bem estar psicossocial do professor, tendo em vista a nova ordem que se impõe: produtivismo profissional e acadêmico, arrocho salarial, perdas de direitos trabalhistas, entre outros, todos tidos como conseqüência direta de políticas macroeconômicas e sociais efetivadas por reformas do Estado e estendidas às reformas educacionais.

Reinhold (2001) afirma que os professores, ao avaliarem o trabalho docente, se utilizam de adjetivos como: cansativo, frustrante, pouco recompensador e estressante ao se referirem ao mesmo. Stella et al (apud BAECHTOLD, 2002) colocam que indivíduos submetidos ao stress ocupacional apresentam as seguintes características: diminuição da eficiência e produtividade no trabalho, insegurança na tomada de decisões, diminuição da capacidade de observação, desatenção, problemas de memorização, entre outros.

Chambel (apud SORATO; MARCOMIN, 2007) pontua que algumas atribuições características da profissão do professor são destacadas como facilitadoras no processo de aparecimento do stress ocupacional, sendo elas: carga de trabalho excessiva, ausência de tempo para a realização de tarefas fora da sala de aula (preparo de aulas, avaliações, etc.), ausência de

responsabilidades, conflitos no estabelecimento de papéis do professor, família e sociedade, entre outros.

Outros fatores que funcionam como estressores e fazem parte da rotina ocupacional do professor são: carga horária de trabalho ampliada em mais de uma jornada, lecionar em diferentes níveis de ensino, grande número de turmas, elevado número de alunos por turma, excesso de atribuições que o impedem de cumprir adequadamente as exigências do trabalho prescrito. (CODDO, 2000).

Witter (2002, p. 131) coloca que “uma das causas freqüentes de estresse do docente está na dificuldade em acompanhar mudanças rápidas nas metodologias, nas tecnologias, nos materiais e nos meios de ensino”; propõe também que o professor esteja consciente e atento à necessidade de aprender a “detectar as variáveis que o estressam, tanto na escola como fora dela, e como reagir adequada e produtivamente a elas”.

Martínez (2003) afirma: “a saúde do trabalho abre um capítulo tardio com o setor docente e suas enfermidades profissionais” (p.77). No Brasil, a preocupação com o adoecimento do professor é algo recente, vindo a manifestar-se a partir dos meados da década de 80. Mesmo assim podemos considerar como um avanço a existência da preocupação, bem como a percepção de que o adoecimento físico e psicológico do professor não seja resultado de fraqueza ou incapacidade do indivíduo no desempenho da função docente, e sim um reflexo do contexto histórico, político, social e cultural em que se encontra inserido.

## IV. DISCUSSÃO

Na virada do século XVII para o XIX, com o advento da primeira revolução tecnológica, houve radical transformação na produção de bens, até então produzidos predominantemente de forma artesanal, bem como a transformação do próprio conceito de trabalho. Surge, assim, a “moderna” relação de emprego, a desqualificação do trabalho artesanal com a introdução das máquinas movidas a vapor e o novo papel do trabalho humano no processo produtivo, crescentemente como mera peça de uma engrenagem da qual ele tem muito pouco ou nenhum controle. Desde então periódicas transformações técnico-organizacionais têm sido uma constante das economias capitalistas.

Nas últimas décadas temos presenciado a crescente globalização da economia mundial que tem estabelecido um novo padrão de relacionamento entre os mercados nacionais e internacionais. Dentre essas transformações, podemos assinalar a difusão das novas tecnologias que deram um impulso definitivo ao processo de aprofundamento da integração da economia mundial. Surge, assim, um novo paradigma técnico econômico, cujos fundamentos são as novas tecnologias de informação e as inovações organizacionais relacionadas. . A importância de tais transformações e inovações é que elas desencadearam uma profunda reestruturação em todas as atividades industriais e de serviços, bem como nas estruturas das organizações e conseqüentemente nas relações de trabalho.

A contemporaneidade nos traz hoje um novo modelo político e econômico pautado na globalização do mercado, fundado numa base ideológica neoliberal.

Sendo o capitalismo uma forma de organização social permeada por momentos de crises, assistimos, portanto, uma série de transformações econômicas, sociais e políticas que se configuram como resposta a um momento de término da acumulação capitalista e reorganização de novo modelo de acumulação que tem trazido inúmeras e profundas mudanças nas esferas sócio-político-econômicas.

Dentro desse novo modelo emergente deparamo-nos com um fenômeno multifacetado, onde as dimensões políticas, econômicas, culturais, sociais e jurídicas encontram-se conglomeradas dentro de uma complexa rede. Dentro da dimensão política encontramos uma “ingovernabilidade mundial” onde podemos ver Estados nacionais necessariamente subordinados às agências multilaterais como FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio.

Portanto o novo modelo neoliberal que tem sido implantado em todos os lugares e realidades tem imposto mudanças no desenvolvimento tecnológico, na organização do trabalho e na sociedade, impondo, também, conseqüente deslocamento de foco em todas as esferas, desde o papel do Estado, até o perfil da classe trabalhadora.

Surgem, assim, novos valores e paradigmas de ordem econômica e social que se contrapõem frontalmente aos anteriores padrões, denotando um processo de reorganização de todo o sistema, postulando firmemente a

privatização do estado e conseqüente desregulamentação dos direitos do trabalho.

Se analisarmos as propostas de políticas públicas poderemos vislumbrar ações pautadas em pressupostos de inspiração neoliberal, onde privatização de bens públicos, quebra de monopólios estatais, busca de eficiência, produtividade e competitividade nos mais diversos setores se fazem regra.

Podemos observar ainda, na prática de um Estado neoliberal, onde é propagada a crença de que os imperativos de mercado são suficientes para promover o desenvolvimento econômico e social de uma nação, uma redução dos gastos públicos em educação, saúde, habitação. Isso significa descartar a ação reguladora do Estado como disciplinador da vida econômica, repassando total liberdade à ação empresarial, consolidando assim a premissa de competição e competitividade. Advoga-se desta forma, o absentéismo estatal, rompendo-se definitivamente com o Estado do Bem Estar Social e retornando-se à concepção de Estado Mínimo, onde a relação capital – trabalho sujeita-se às leis da oferta e procura.

Nesse contexto foram instituídos novos valores de produção e consumo e foram redefinidas, portanto, novas formas de trabalho que contribuíram, definitivamente, para a precarização do mesmo, sem se considerar o custo humano envolvido para tal.

Entendemos que, para se garantir nesse novo contexto, acentuou-se a busca pela competitividade das empresas, onde foram incrementadas medidas de redução de custos operacionais, incluindo-se nessa categoria a

redução de salários e direitos trabalhistas, gerando-se, desta forma, a superexploração do trabalho humano.

Diante de tal cenário houve, por conseguinte, uma redução dos níveis de proteção trabalhista. Com a forma de produção remodelada, passando à sua fragmentação. A representatividade sindical também acabou sendo fragilizada, tendo seu poder de negociação enfraquecido e sua ação limitada e voltada à garantia e manutenção do emprego do trabalhador.

Entendemos que nesse contexto, instituído por novos parâmetros em busca de competitividade, que o trabalho passa a ser visto como mercadoria, onde salários e condição de trabalho encontram-se sujeitos aos ditames da oferta e procura.

Vemos, portanto que, assim como o ocorrido em conjunturas anteriores, a educação situar-se num contexto de intensas mudanças estruturais. As imposições do capital passam a regular diretamente as formas de organização e gestão da escola, que passa a ser regida e avaliada por critérios técnicos de eficiência e produtividade.

Podemos perceber que nas últimas décadas várias mudanças ocorreram na educação brasileira, resultantes de uma série de reformas educacionais pautadas também pelas políticas neoliberais e nos interesses das agências financiadoras do capital internacional. Nesse contexto, encontramos no Brasil, políticas educacionais consolidadas numa prática hegemônica que apregoa a educação como prioridade e ocupando lugar central na sociedade. Entendemos que tais reformas objetivaram, sobretudo, promover um ajustamento da escola às exigências do mercado

internacional, onde a adoção de estratégias que promovam a maximização dos lucros e pragmatização dos resultados, foram prioridade.

Como consequências diretas dessa nova ideologia apregoada pelas atuais reformas educacionais encontramos a configuração de uma educação onde o rápido e o barato são apresentados como critério de eficiência; a produtividade e a eficiência empresarial se fazem presente; o modismo da qualidade total se insere no âmbito da escola.

Podemos perceber claramente que esses novos delineamentos para o campo educacional se concretizam com a publicação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Lei nº 9394/96) onde, no Título II, Dos Princípios e Fins da Educação nacional, estabelece no inciso IX do artigo 3º, que o ensino será ministrado com base no princípio da garantia de padrão de qualidade, concordo assim com os princípios apregoados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em relação ao direito de uma educação com garantia de padrão de qualidade e livre à iniciativa privada.

No bojo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas especificamente no inciso VI do artigo 9º, a incumbência da União no asseguramento do processo nacional de avaliação do rendimento escolar de todos os níveis de ensino, com o objetivo da melhoria de qualidade do ensino, institui o princípio da competência do sistema educacional pautado em mecanismos de controle intra e extraescolar traduzidos por critérios avaliativos.

Diante, portanto, dessa transposição dos conteúdos próprios ao discurso da qualidade e eficiência existentes no campo produtivo

empresarial para a realidade educacional e pedagógica, consideramos a existência de uma intensificação do trabalho docente, fundado num modelo submetido a regulações e normas, mais polarizado entre Estado e Mercado.

Em decorrência das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, as quais a profissão docente não se encontra alheia, o professor tem sentido os reflexos das referidas transformações em seu corpo. Podemos perceber a vinculação dos processos de trabalho aos processos de saúde e adoecimento destes profissionais; nesse sentido, o trabalho mesmo sendo concebido como uma necessidade humana acaba por funcionar como uma ameaça à saúde e à vida destes.

Entendemos que na atualidade o meio profissional docente encontra-se inserido num complexo quadro de mudanças de ordem política, econômica, social e cultural, onde uma grande quantidade de demandas advindas das referidas mudanças acabam por intensificar a carga de trabalho mesmo. Dentre elas arriscamos citar alguns constituintes que acreditamos, em linha geral, estejam contribuindo neste momento histórico para a intensificação do desgaste profissional dos mesmos, entre outros: a mudança nas atitudes e expectativas da sociedade em relação ao papel do professor ao sistema educativo e da educação, a fragmentação e proletarização do trabalho do professor, a escassez de recursos materiais, as condições deficientes de trabalho, a mudança nas relações entre professores e alunos estabelecidas dentro do espaço da escola, a deterioração da imagem e do valor social da função e papel da profissão docente.

Podemos pontuar, também, que hoje são impostos ao exercício profissional do docente funções e atribuições que não integravam seu perfil e nem lhe eram prescritas, alterando e interferindo significativamente a natureza das tarefas que deve desempenhar atualmente.

Consideramos importante pontuar, também, um outro aspecto do trabalho docente na atualidade, ou seja, o isolamento e o individualismo do professor, reforçados pela própria estrutura existente no espaço escolar, que o impede de poder desenvolver um trabalho com seus pares, destruindo dessa maneira a sociabilidade e aumentando o isolamento pessoal e profissional do mesmo.

Entendemos que muitas vezes a profissão docente propicia o isolamento social do indivíduo, acabando por provocar nele a falta de senso de pertencimento, de grupo. Nesse sentido à profissão docente pode-se associar o adjetivo solitária para a caracterizar, a medida que sugere e impõe ao professor vincular grande parte de seu tempo e energia às atividades de docência e planejamento e desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Como consequência temos observado o quanto o profissional docente encontra-se à parte de atividades de afiliação, grupos, engajamentos social e profissional.

Acreditamos que a intensificação do trabalho docente constitui-se num outro fator muito importante que tem funcionado como desencadeante do stress ocupacional junto ao professor.

Consideramos que existam, principalmente, dois fatores responsáveis pelo aumento dos índices de adoecimento entre os profissionais docentes,

assim como também postulam a Ergonomia da Atividade e a Psicodinâmica do Trabalho, a carga de trabalho e a organização do trabalho docente.

Entendemos que a jornada de trabalho do professor é representada por uma sobrecarga de trabalho, onde o ritmo imposto é penoso. Devido a uma péssima política de remuneração do trabalho docente encontramos professores lecionando até três turnos diários e em todos os dias da semana. Se levarmos em conta todas as atividades que necessariamente são desenvolvidas extraclasse, como planejamentos, elaboração e correção de atividades e avaliações, entre outros, poderemos somar, pelo menos, mais uma hora diária de trabalho docente. Todos esses fatores acabam por se constituírem numa sobrecarga de trabalho a esse profissional e acabam por constituir-se como estressores no desencadeamento do stress ocupacional do professor.

Quanto à dimensão organização do trabalho docente, podemos entendê-la dentro da ótica dejouriana onde, o professor, portador de projetos, esperanças e desejos próprios, confronta-se com uma organização do trabalho docente que os ignora. Dentro desse contexto sócio profissional, o trabalho docente acaba por se tornar, também, o responsável pelo desenvolvimento do stress ocupacional junto ao professor.

Quando nos referimos à organização do trabalho docente podemos pensar na interligação das dimensões entre trabalho prescrito e trabalho real. O processo de reestruturação produtiva em curso em nossa sociedade nos traz novos paradigmas de organização e gestão do trabalho, a nosso ver centrados em maior envolvimento dos trabalhadores, sem, entretanto, abrir mão de pressupostos básicos de filiação Taylorfordista que,

consequentemente distanciam o planejamento da execução e que demarcam nitidamente as dimensões do trabalho prescrito (tarefa) e do trabalho real (atividade).

O trabalho docente, hoje, é permeado pela necessidade de se estabelecerem estratégias individuais e coletivas para que os professores possam lidar com circunstâncias desfavoráveis que os forçam a uma improvisação e reorganização do trabalho prescrito, tornando-lhes o trabalho real totalmente descaracterizado quanto às suas expectativas, o que gera um processo de permanente insatisfação. Entre as diversas circunstâncias que percebemos como dificultadoras na realização do trabalho prescrito, pelo professor, podemos citar: o número excessivo de alunos em sala de aula, a falta de recursos financeiros, estruturais e humanos às escolas, a diminuição drástica dos salários dos professores, a queda do status social do professor, os aumentos dos problemas relacionados à disciplina e violência nas escolas, a tendência de se culpabilizar o professor como o grande responsável pelos males e fracassos da educação.

A profissão docente constitui-se numa categoria profissional que tem sofrido muitas críticas e que permanentemente tem sido cobrada pela sociedade em relação a fracassos e insucessos da educação no país. Acreditamos que na atualidade nenhuma outra categoria profissional esteja sendo tão severamente avaliada e cobrada por seus índices de desempenho profissional, como a categoria docente.

Pensando-se em custos de tal situação para o professor, acreditamos que, quanto maior for o desajuste entre a tarefa e a atividade, maior será o custo humano envolvido no processo de trabalho docente. Tal situação

necessariamente gera sofrimento físico e emocional, que acaba por manifestar-se por meio de sintomas como ansiedade, insatisfação, indignidade, inutilidade, desvalorização e desgaste no trabalho, que culminam com sujeitos adoecidos em decorrência do stress ocupacional docente.

Dentre as várias questões impostas pela nova organização do trabalho docente, percebemos um aumento das responsabilidades e exigências que se colocam atualmente sobre os professores, constituindo-se, dessa forma, um grande desafio responder às expectativas que são projetadas sobre os mesmos. O profissional docente termina por não poder exercer o controle sobre sua rotina, priva-se de momentos de lazer, da companhia da família em função da sobrecarga do trabalho. Dentro desse contexto que cada vez mais faz exigências ao professor, a sensação de frustração física e emocional se fazem presentes e responsáveis pelo desencadeamento do stress ocupacional junto à categoria.

Nesse sentido, podemos afirmar que o ofício docente não é um dos mais fáceis e temos vários motivos para acreditar nisso: salários baixos, condições precárias, falta de flexibilidade na administração de recursos, pouca perspectiva de progressão na carreira, trabalho ao mesmo tempo importante, exigente e sem reconhecimento adequado.

Acreditamos que as condições em que se realiza o trabalho docente, centrado na produção escolar, acabam por exigir que os professores mobilizem suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos propostos. Tal exigência, muitas vezes, acaba por gerar a

necessidade de um sobreesforço por parte do mesmo, no sentido de corresponder às exigências do trabalho educativo.

Entendemos que o professor, submetido às exigências atuais do mercado de trabalho, conseqüentemente apresenta no corpo as marcas do sofrimento sob a forma de doenças ocupacionais, como o stress ocupacional.

Como última consideração gostaríamos de enfocar a questão do esvaziamento da dimensão coletiva do trabalho docente, ou melhor, a inexistência, talvez possamos assim dizer, de espaços reflexivos entre os pares e a reduzida oportunidade que os mesmos tem de partilhar da cultura profissional existente que, a nosso ver, seriam experiências que potencializariam o princípio de existência de um coletivo de professores, empenhando em refletir e discutir a real proletarização do magistério hoje, que tem sido vista e sentida na dimensão individual e vem contrapondo-se à construção de uma imagem positiva da profissão docente.

Acreditamos que muitas vezes a profissão docente é aprendida realmente no contexto do trabalho, ou seja, dentro da escola, local onde o processo de socialização profissional acaba acontecendo de maneira espontânea, sem ser planejada, sem espaço para a reflexão individual e principalmente coletiva. A oportunização de um espaço institucionalizado, dentro da organização do trabalho docente, por parte da unidade escolar, como também através das políticas públicas de educação, seria fundamental para que reflexões e ações, visando a promoção de ambientes de trabalho preocupados com a saúde do professor e atentos à prevenção da ocorrência

do stress ocupacional enquanto doença profissional, pudessem se materializar.

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissão docente historicamente sempre esteve ligada à idéia de sacerdócio, vocação e doação. Essas contribuições ideológicas surgiram como herança cultural até os nossos dias e colaboram no sentido de fragilizar a luta dos professores por melhores condições de trabalho. Discussões sobre carreira e direitos acabaram por ser intimidadas dessa forma, o que, até hoje, justificam baixos salários e exploração.

Em especial, a partir da década de 1990 até hoje, políticas neoliberais tem intensificado a organização do trabalho docente. Como parte desse movimento, novos requisitos educacionais passaram a ser exigidos desse profissional, entre eles os princípios de competência e eficiência, e a responsabilização pelos fracassos e insucessos da educação no país.

Diante de tal configuração, o profissional docente muitas vezes acaba por desistir da profissão ou adoecer. Nesse sentido podemos afirmar que as doenças ocupacionais vêm se ampliando no atual contexto educacional. O Stress Ocupacional resulta de um desequilíbrio na relação indivíduo e ambiente de trabalho, onde o sujeito submetido à demandas excessivas de trabalho percebe-se sem recursos para administrá-las.

As condições de trabalho do professor tem sido frequentemente apontadas como fatores de grande potencial estressor. Diante desse quadro entendemos como necessário um olhar mais atento sobre a questão da saúde associada à profissão. Entendemos, também, que ações devam ser pensadas e estruturadas visando uma nova organização do trabalho, e que para serem efetivas e duradouras, devam resultar da reflexão e análise do

coletivo de professores de modo a fortalecer e ressignificar o agir dos mesmos.

O presente trabalho buscou oferecer novas formas de se compreender o stress ocupacional, as relações entre saúde e a profissão docente e, ao mesmo tempo, propor reflexão sobre a necessidade de uma nova prática de atenção à saúde dos professores.

Finalizando, acreditamos que estudos sobre o stress ocupacional devem ser continuamente empreendidos, de modo que tal temática seja amplamente divulgada junto às populações de risco, em especial, aos docentes, conforme sugere o presente estudo.

## V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU-TARDELLI, L.S. *trabalhodoprofessor@chateducacional.com.br* – *Aportes para compreender o trabalho do professor iniciante em EAD*. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ANDRADE, M.J.S. *Do perfil do adoecimento às repercussões na prática pedagógica*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz.

ARAÚJO, T.M; GRAÇA, C.C; ARAÚJO, E. Estresse ocupacional e saúde: contribuições do Modelo Demanda-Controle. *Ciência e Saúde Coletiva*.v 08, n. 4, p. 991-1003. 2003.

ARAÚJO, M.V. *Repercussões do trabalho no adoecimento mental e na saída da crise: o caso de uma servidora da UFMG*. 2005. Monografia de Conclusão de Curso – UFMG, Belo Horizonte.

BAECHTOLD, A.P. *Qualidade de vida, fontes internas e sintomas de stress numa amostra de costureiras*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Campinas.

BICHO, L.M.D.; PEREIRA, S.R. *Stress Ocupacional*. Instituto Politécnico de Coimbra. 2007. Portugal.

BRAZ, S.B.; FÊO, E.A. (2006). O estresse e a profissão do professor: avaliação da existência da Síndrome de Bournout em professores da Estácio de Sá de Ourinhos. *Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas – Hórus Júnior*, Ourinhos, ano I (1).

CARLOTTO, M.S. (2001, jul./dez.). *O trabalho humano e a saúde mental*. Aletheia, Canoas, n. 14, p. 85-98.

CARLOTTO, M.S. A síndrome de burnout e o trabalho docente. *In: Psicologia em Estudo*, Maringá, v.7, ano 2002.

CHAMBEL, M.J. O stress na profissão professor .(2004). *Revista Proformar*, (7), p. 2.

CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHIAVENATO, I. *Comportamento Organizacional*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

- CODO, W. (coord.). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes; 2000.
- CORREIA, A. de C. (2000). Um instante de reflexão sobre o homem e o trabalho. *Caderno de Pesquisa em Administração*, São Paulo, 1 (11).
- COUTO, H.A. *Stress e qualidade de vida dos executivos*. Rio de Janeiro: COP, 1987. 95p.
- CUNGI, C. *Saber administrar o estresse na vida e no trabalho*. (2ª ed.). São Paulo: Larousse do Brasil, 2006.
- DANTAS, J.; MENDES, R.; ARAÚJO, T. M. Hipertensão Arterial e Fatores Psicossociais no Trabalho em uma Refinaria de Petróleo, *Rev. Bras. Med. Trab.*, Belo Horizonte, V. 2, n. 1, p. 55-68, jan-mar .2004.
- DEJOURS, C. *A loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. Ed. Cortez-Oboré: São Paulo, 1987. 168 p.
- DEJOURS, C. (1994). *A carga psíquica do trabalho*. In M.I.S. Betiol (coord.), *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. (p. 21-32). São Paulo: Atlas
- ESTEVES, M.F.D.P; *Estresse psíquico em professores do ensino superior privado: um estudo em Salvador –BA. 2004*. Dissertação (Mestrado) – UFB, Salvador.
- ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 3ª ed, 1979, p. 177-180.
- ENGUITA, M.F. (1989). *A face oculta da escola. Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GERIN, M.C.C. *Burnout: O trabalho docente e a saúde ocupacional no Colégio Brigadeiro Newton Braga*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Plínio Leite, MPE, Niterói.
- GIROTTO, E.D.; MORMUL, M.N. A crise do trabalho docente no sociedade do trabalho. *Revista Labor*, n.4, v.1, ano 2010
- GRANDJEAN, E. *Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem*. (4ª Ed.). Porto Alegre: Bookman; 1998.
- GUIMARÃES, L.A.M.; GRUBITS,S. *Saúde mental e trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. vol I.
- GUIMARÃES, L.A.M. *Fatores Psicossociais de Risco no Trabalho*. 2006. [http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2006/saude\\_mental/anais/artigos/Liliana\\_A.M.Guimaraes.pdfem:20/07/2011](http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2006/saude_mental/anais/artigos/Liliana_A.M.Guimaraes.pdfem:20/07/2011).

HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio: 1830*. [trad. MENESES, Paulo] São Paulo, Loyola, 1995.

JUAREZ-GARCIA, A. *Factores psicosociales laborales relacionados con la tensión arterial y síntomas cardiovasculares em personal de enfermería em México*. Salud Pública de México. Vol. 49, nº 2, marzo-abril de 2007.

LADEIRA, M.B. O processo do stress ocupacional e a psicopatologia do trabalho. *Revista de Administração*, São Paulo v. 31,n.1, p.64-74, janeiro março 1996.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Lisboa: Teorema, 1977.

LEMONS, J.C. *Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários*. 2005 Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LIDA, I. *Ergonomia: projeto e produção*. (7ª Ed.). São Paulo: Edgar Blucher 2001.

LIPP, M.E.N. (ORG.). (1996). *Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco*. Campinas. Papyrus.

LIPP, M.E.N. *Manual do inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL)*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2002.

LIPP, M.E.N. *O Stress no Brasil: pesquisas avançadas*. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

MARTÍNEZ, D. *Estudos do trabalho docente*. In Oliveira, D.A. (Org.). reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 75-86.

MARX, K. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. Ed. Hucitec. São Paulo, 1984.

MARX, Karl (1983 [1867]). *O Capital: crítica da Economia Política*, São Paulo: Abril S. A. Cultural.

MARX, K. *Trabalho Alienado e Superação positiva da auto alienação humana*. In F. Fernandes (Ed.), *MARX/ENGELS: Vol. 36. Grandes Cientistas Sociais. História* (p.146-181). São Paulo, SP: Ática. (1989).

MASLACH, C.; LEITER, M.P. *Trabalho: fonte de prazer ou desgaste?* Campinas: Papyrus, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: 23 dez..1996. Seção 1, n. 248, p. 27.833.

MIRANDA, K. (2006). *O processo de trabalho docente – interfaces entre a produção e a escola*. B. Téc. SENAC, Rio de Janeiro, 32 (2).

MORAES, L. F. R.; MARQUES, A. L.; KILIMNIK, Z. M.; LADEIRA, M. B. *Comprometimento Organizacional, Qualidade de Vida e Stress no Trabalho: Uma Abordagem de Diagnóstico Comparativo*. 19º Encontro Anual da ANPAD, João pessoa, 1995.

MOTA CARDOSO (2001). Auto-regulação dos sistemas naturais. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 3(2), 39-96.

MOTA C. R., ARAÚJO, A, CARREIRA R., R., GONÇALVES, G., RAMOS, M. (2002). *O stress nos professores portugueses. Estudo IPSSO 2000*. Porto: Porto Editora.

MOURA, E. P. G. (1997). *Saúde mental e trabalho. Esgotamento profissional em professores da rede de ensino particular de Pelotas - RS*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NAVARRO, V.L.; PADILHA, V. Dilemas do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1: 14-20, 2007.

OLIVEIRA, M G. *Condições de trabalho, gênero e saúde: sofrimento e estresse. Um estudo de caso com os profissionais docentes do ensino superior privado de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 171p., 2001.

ORLANDINO, A. *O stress ocupacional em professores do ensino médio*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo.

PIRES, M. F. C. Education and the historical and dialectical materialism. *Interface — Comunicação, Saúde, Educação*, v.1, n.1, 1997.

REINHOLD, H.H. *Stress ocupacional do professor*. In: LIPP, M.E.N. (org.). *Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco*. Campinas : Papirus, 2001.

REINHOLD, H.H. *O sentido da vida: prevenção do stress e burnout dos professores*. 2004. Dissertação (Mestrado) - PUC, Campinas.

RITA, J.S.; PATRÃO, I.; SAMPAIO, D. *Burnout, Stress Profissional e Ajustamento Emocional em professores Portugueses do Ensino Básico e Secundário*. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. 2010. Universidade do Minho, Portugal.

RUGGIERO, R. (Dir.). *Modo de Produção*. Enciclopédia Einaudi, vol. 7: (2004). *Modo de Produção, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 63-106]

SANTOS, T.F.M. *Gestão do Trabalho Docente do Ensino Básico Público em Belém Frente à Autonomia das Escolas: algumas considerações*. VI Seminário Redestrado - Regulação Educacional e Trabalho Docente. UERJ –RJ . 2006.

SELIGMANN-SILVA, E.(1994). *O campo da saúde mental do trabalho*. Em SELIGMANN-SILVA, E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Cortez Editora, UFRJ Editora.

SORATO, M.T.; MARCOMIN, F.E. (2007) *A percepção do Professor Universitário acerca do Stress*. Saúde Ver., Piracicaba, 9 (21), 33-39.

STACCIARINI, J.M.R.; TRÓCOLLI, B.T. Instrumento para mensurar o estresse ocupacional: inventário de estresse em enfermeiros (IEE). *Revista latino-americana de enfermagem*. Ribeirão Preto, v. 8, n. 6, p. 40-49, dezembro 2000.

SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento capitalista: princípios da economia política Marxista*. Trad. Waltensir Dutra. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, S.A.,1985. 288 p.

Witter, G.P. (2002). *Produção científica sobre stresse e prevenção*. In G. P. Witter (org.), *Psicologia: tópicos gerais*. (p. 213-238). Campinas: Alínea.

Witter, G.P. (2003). *Produção científica e estresse do professor*. (2ª ed.). In M. E. N. Lipp. (org.), *O stress do professor*. (p. 127-134). Campinas: Papyrus.